



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000053-90.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINSTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR,**  
 Requerido: **LUIS CARLOS ZANATA JUNIOR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS –SINTUFSCAR** pediu a condenação de **LUIS CARLOS ZANATA JUNIOR** ao pagamento da importância de R\$ 2.693,19, correspondente ao valor das mensalidades do plano de saúde e de odontologia dos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro de 2010 e de março a julho de 2011, que deixou de pagar.

Citado, o réu não contestou o pedido.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação do réu, de pagar o valor cobrado.

O autor apresentou planilha de cálculo onde incluiu além das parcelas devidas, o valor das custas processuais e dos honorários advocatícios no importe de 20% do valor devido. O valor das mensalidades devidas com a correção monetária e juros moratórios somam a importância de R\$ 2.063,75 (v.fl.s.03).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o réu a pagar para o autor a importância de R\$ 2.063,75, com correção monetária e juros moratórios, subsequentes à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

data considerada na planilha de cálculo de fls. 03, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 09 de março de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**